

Sexta-Feira, 10 de Julho de 2026

Justiça paralisa derrubada de árvores em avenida de Cuiabá devido às altas temperaturas

Juiz suspende supressão arbórea na Avenida Fernando Corrêa da Costa após ação do Ministério Público.

A 29ª Promotoria de Justiça Cível de Cuiabá obteve decisão judicial que determina a paralisação imediata das atividades de remoção de árvores na Avenida Fernando Corrêa da Costa, na BR-163, bairro São Francisco. A medida foi concedida em resposta a uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

O promotor argumentou que a supressão arbórea causaria danos ambientais significativos à região. Segundo o levantamento apresentado, 24 árvores já haviam sido removidas, com planos de derrubar até 82 indivíduos adicionais no local.

Na ação judicial, o Ministério Público denunciou que os trabalhos de supressão vinham sendo executados sem observar protocolos ambientais adequados, como implementação de medidas mitigadoras de impactos ecológicos, compensação através de equivalência ambiental e transplante de árvores quando tecnicamente possível.

O órgão ministerial também salientou que a simples plantação de mudas não consegue repor, em curto prazo, os benefícios ambientais fornecidos pelas árvores adultas já estabelecidas.

Ao deferir a liminar, o magistrado reconheceu o risco iminente de dano irreversível ao ecossistema urbano, sublinhando que árvores maduras exercem funções cruciais como provisão de sombra e controle térmico da cidade. O julgador observou que Cuiabá sofre com temperaturas extremamente elevadas, tornando essa vegetação ainda mais essencial. Segundo a sentença, manter o processo de supressão poderia comprometer completamente a efetividade da decisão judicial diante da natureza irreversível dos prejuízos ambientais.

A ordem judicial prevê que qualquer continuação dos trabalhos de remoção fica condicionada à apresentação de comprovação de que as medidas ambientais apropriadas foram implementadas, abrangendo análise de equivalência ecológica, realocação das árvores quando viável e acompanhamento permanente dos resultados.

O magistrado também ordenou a notificação dos envolvidos e determinou ações de fiscalização para avaliar o estado de conservação da vegetação restante na região afetada.

Ainda pendente de análise está o pedido do Ministério Público para cancelar todas as autorizações de remoção arbórea atualmente válidas em Cuiabá e impedir a concessão de novas permissões, decisão que será tomada após o Município apresentar sua resposta.